

**REFLEXÕES SOBRE O COLONO ITALIANO NA REGIÃO
CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL: BREVES
PROBLEMATIZAÇÕES ANTROPOLÓGICAS¹**

***REFLECTIONS ON DESCENDENTS OF ITALIAN SETTLERS IN
THE CENTRAL ZONE OF RIO GRANDE DO SUL: BRIEFLY
ANTHROPOLOGIZING THE “COLONO” CATEGORY***

Maria Catarina Chitolina Zanini²

Recebido em: setembro/2008

Aprovado em: janeiro/2009

Resumo

Este artigo tem por objetivo refletir acerca da categoria colono, partindo de pesquisa etnográfica realizada entre descendentes de imigrantes italianos de 1997 a 2001 e retomada este ano. Trata-se de uma categoria à qual são atribuídos diferentes significados em diferentes momentos históricos brasileiros. O que se pretende aqui é analisar a forma como esta categoria tem sido acionada entre descendentes de imigrantes italianos na região central do Rio Grande do Sul e o porquê desse acionamento, visto que ela é considerada polissêmica e contraditória ao mesmo tempo, por remeter, por um lado, a um passado imigrantista e a seu empreendedorismo e, por outro, a colono enquanto adjetivo estigmatizador que, no imaginário regional, ainda quer dizer homem rude, do campo.

Palavras-chave: colonos italianos, camponeses, identidade étnica.

Abstract

This paper aims to reflect on the category “colono”, which is defined as a person from the “immigrant colonies” and springs from ethnographic research carried out from 1997 to 2001 and restarted again in 2005. The category “colono” has held many different meanings throughout Brazilian history. My interest here is to analyze how this category has been used among descendents of Italian immigrants in the central zone of Rio Grande do Sul as well as to understand the basis for such use. It is considered both polysemic and contradictory and refers to the immigratory past as well as the entrepreneurialism of these people and, on the other hand, “colono” is a stigma in the regional imaginary in which it holds the connotation of a coarse person, or a rural person.

Keywords: Italian settlers, peasants rural, ethnic identity.

Este artigo analisará de que forma a categoria colono tem sido acionada (ou não) entre descendentes de imigrantes italianos na região central do Rio Grande do Sul. Fruto de pesquisa etnográfica realizada de 1997 a 2001 e retomada este ano, tanto no meio urbano como no meio rural, viso, por meio deste artigo, a salientar o quanto o acionamento de tal categoria faz parte de uma construção identitária que extrapola a condição de trabalhador da terra, num sentido convencional, sendo constituinte de negociações identitárias mais amplas. Trata-se, também, de uma invocação à origem

¹ Este artigo é, também, reflexo da literatura contemporânea que discute a viabilidade de uma categorização mais ampla com relação a estes camponeses enquanto agricultores familiares ou não. Esta pesquisa faz parte da Linha de Pesquisa sobre Identidades Sociais do Mestrado em Ciências Sociais da UFSM.

² Doutora em Antropologia Social (USP), Pós-Doutor em Antropologia Social (MN-UFRJ). Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais da UFSM. E-mail: zanini.ufsm@gmail.com

que, em determinadas situações, agrega valor ao invocador, mas que noutras já não contempla a condição de trabalhador da terra tal qual é oficialmente definido pelo Estado com relação aos direitos trabalhistas dessas populações. Tem sido exposto a esses camponeses que colono é uma categoria histórico-simbólica e agricultor é uma categoria de trabalho, o que, em meu entendimento, não é uma contradição social necessariamente, mas sim uma questão semântica. Isso não implica dizer, contudo, que não podem estar envolvidas nessas classificações questões de poder: poder de nominar, definir, classificar o outro, como já havia sido anteriormente estabelecido com o termo colono em relação a estes camponeses. Compreendo, também, que essas populações sabem negociar, ao seu modo, com tais terminologias, mas pergunto-me: por que a categoria colono, por vezes, incomoda, seja os próprios camponeses, seja os estudiosos do campesinato?

Compreendo, como Seyferth (1993, p.38), que a condição de colono está associada tanto ao trabalho camponês quanto a uma origem étnica diferenciada no seio da sociedade nacional, a qual, no caso por mim estudado, é a ascendência italiana. Saliento também, conforme Wanderley (1996, p.4), que o caráter familiar da produção camponesa não é mero detalhe, mas sim aspecto fundamental para se compreender como essa “estrutura-produtiva” que associa família-produção-trabalho tem agido (e sobrevivido) econômica e socialmente. Portanto, fala-se aqui de um determinado tipo de trabalhador rural que orienta sua conduta produtiva e social de acordo com lógicas internas (familiares e grupais) e externas (estatais³ e até globais). Retomando Wanderley, diria que não é o tamanho da propriedade que a qualifica como camponesa ou não, mas sua natureza e suas relações (ibidem, p.11). O intercâmbio com o Estado e o mercado, em relação aos colonos da região central do Rio Grande do Sul, sempre esteve presente pois, desde o início do processo colonizador, eles tiveram que dialogar com ambos visando à produção de excedentes para pagar a terra (Ancarani, 1914, s.p.).

Minha pesquisa se desenvolveu nos municípios de Santa Maria e Silveira Martins⁴, o que me permitiu um olhar comparativo possibilitado pela vizinhança geográfica e também pela diversidade das situações observadas. De encontro a algumas

³ Neste aspecto, concordo com Palmeira, ao salientar que “é difícil pensar a modernização da agricultura conduzida pelo Estado sem pensar as transformações sofridas pelo próprio Estado” (1989, p.94). Modernização esta, segundo o autor, conservadora.

⁴ Nas estatísticas atuais, Santa Maria teria uma população urbana de 230.468 habitantes e rural de 12.928 habitantes (www.santamaria.gov.rs). Silveira Martins, teria uma população de 1.044 habitantes na zona urbana e de 1.527 na zona rural (www.silveiramartins.famurs.com.br).

produções acadêmicas que têm problematizado a construção acerca da condição camponesa (Palácios, 1993) ou da classificação desta enquanto agricultura colonial ou familiar no Rio Grande do Sul (Schneider, 2003), assumo que definir genérica e indiferenciadamente a condição social dessas populações é algo muito difícil. Saliento, contudo, que a dificuldade, além de teórico-metodológica, é oriunda da negociação que os próprios sujeitos fazem de sua condição social, denominando-se ora colonos, ora agricultores, ora lavradores, ora pobres simplesmente. Enfim, por meio deste artigo, almejo, mais do que esclarecer, salientar as nuances desses sujeitos e suas opções em termos narrativos e de acionamentos sociais, o que é, em meu entendimento, o manejo político de sua condição social.

A IMIGRAÇÃO ITALIANA LOCAL

A imigração italiana local teve início em 1877/78 com a chegada das primeiras famílias oriundas do Norte da Itália (Ancarani, 1914, s.p.) Eram, em sua maioria, católicos, camponeses, pobres, e estavam em família. A migração familiar e vicinal é uma característica da região. Nas memórias de Julio Lorenzoni (1975), é narrado o processo de agenciamento na Itália e o esvaziamento da localidade na qual vivia. Algumas famílias que pesquisei tinham em suas memórias referências de “compadrio” bastante longas, o que leva a se observar relações sociais de amizade, parentesco e afinidade que perpassaram a ruptura histórica em suas vidas, de emigrados a imigrantes e, posteriormente, a colonos proprietários no sul do Brasil. Foram muitas as redes que acionaram a imigração, intermediadas pela Igreja Católica e pelo Estado brasileiro, grande promotor da vinda daquelas populações. É importante salientar também que, dependendo do momento histórico da vinda dos imigrantes e das legislações nacionais vigentes, diversas foram as levadas migratórias.

Quanto ao aspecto familiar, compreendo a imigração italiana para o Brasil, em finais do século XIX, além dos aspectos econômicos e políticos nela envolvidos, como uma forma de resistência cultural (Alvim, 1986 e Grosselli, 1987), em especial quanto à sobrevivência do modelo familiar patriarcal. Compreendo que, devido à proletarianização à qual estavam sendo impelidos pelo contexto europeu, as famílias tiveram que se dispersar para sobreviver. Além disso, frente a uma mentalidade que, cada vez mais, distanciava-se da doutrina católica e de suas disciplinas, a imigração foi uma alternativa para a sobrevivência de determinado modo de vida camponês baseado na autoridade

paterna, na união, no trabalho familiar e no catolicismo. Entendo também que a Igreja tenha vislumbrado na migração uma alternativa para sua própria sobrevivência, numa Itália em que perdia poder continuamente. A Igreja Católica migrou com os indesejados despossuídos e, já nas primeiras décadas do processo colonizador, sua força se fazia notar nas colônias italianas do Rio Grande do Sul como um todo. Foi ela, com certeza, que manteve acesa determinada noção de italianidade. Ela foi uma linguagem comum que permitiu a coesão grupal (De Boni, 1980). Diria, para além disso, que a religião possibilitou, como um sistema cultural, uma ressignificação ordenada do mundo de origem na terra hospedeira, o que Borges Pereira (1974:120) denomina “faixa de segurança”.

Aqueles imigrantes não se consideravam italianos num sentido genérico, pois a Itália como um Estado Nacional somente se unificara em 1870. Eram, antes, habitantes de um *paese*, de uma localidade ou região. A referência que trouxeram para cá foi a do local de pertencimento específico, no qual adoravam determinados santos, faziam determinadas festas, comiam determinados alimentos e bebidas. Foi em solo brasileiro, nos primeiros enfrentamentos, que a condição de italiano surgiu como um sinal adscritivo. Em Silveira Martins, considerada o berço colonizatório local, os emigrados se estabeleciam nas linhas de acordo com as procedências: aqui friulanos, lá vicentinos, lá mantuanos, e assim por diante. Dessa forma, mantiveram acesas certas formas de sociabilidade, bem como uma sustentação social para enfrentar os desafios envolvidos em qualquer processo migratório. Já nos primeiros anos de colonização, alguns deles começam a rumar para Santa Maria e suas cercanias, visando, assim, à melhora em suas condições de vida, fosse trabalhando em serviços urbanos ou comprando terras mais próximas dos mercados consumidores. A denominada Estação Colônia, hoje Bairro Camobi, tem, em sua história, esse processo de re-imigração local, conforme por mim constatado por meio da pesquisa etnográfica com algumas famílias extensas do local. Não poderia afirmar, contudo, com o fez Tavares em relação à zona colonial italiana próxima à Porto Alegre que, segundo ele, já em 1890, entrara num processo de industrialização “apoiada em um íntimo vínculo com o mercado da zona colonial” (1978, p.19). Compreendo que, em nível local, o grau do vínculo da produção das colônias com Santa Maria deva ainda ser melhor estudado.

Os primeiros lotes distribuídos tinham em torno de 22 hectares (cf.Saquet, 2002), o que permitia a sobrevivência familiar e a produção de excedente. Há que ser

observado que os terrenos na região central do Rio Grande do Sul costumam ter formação variada e, no caso dos lotes distribuídos aos imigrantes italianos, em sua maioria, acidentada, com declives e muitas pedras.

O TRABALHO COM A TERRA

A terra, no universo camponês, representa, para além de um meio de produção, um importante espaço de significação, conforme já bem salientado por diversos autores (Woortmann, 1995 e Woortmann et al, 1997; Moura, 1988; Brandão, 1999 e outros). Cultivar, plantar, colher, há toda uma forma de vida que perpassa o trabalho com a terra, na qual se inter cruzam preceitos religiosos, de gênero, enfim, trocas entre natureza e cultura que implicam uma determinada forma de “estar no mundo”. Como ressaltado por Woortman et al (1997, p.10), para esses trabalhadores da terra, não há uma natureza em si, mas “uma natureza cognitiva e simbolicamente aprendida”, mas que, por fazer parte de um processo de relações sociais, também é transformada.⁵

Na construção do papel desempenhado pelos antepassados, o trato da terra aparece como algo demarcador de mundos: antes mata e pedra, depois roça, revelando o que seria o início de um processo civilizatório. A fase colonizadora local é repassada entre gerações como uma experiência sofrida:

“como eles contaram, passaram fome e sacrifício. Tudo era ruim...”
(descendente, 87 anos, ex-agricultora)

O papel civilizador acionado pelos antepassados é algo muito importante para aqueles descendentes que ainda permanecem trabalhando na terra (cfe.Zanini, 2006a). Quando fazia entrevistas nas propriedades rurais, era comum me mostrarem o tanto de pedras que os antepassados haviam retirado de determinados espaços e os terrenos acidentados nos quais haviam conseguido cultivar algo. Em alguns pedaços de propriedades há ainda muitas pedras e a movimentação destas também me era apresentada, fosse pelas correntes de água ou pelas suas mãos (quando se utilizavam delas para fazer cercas ou simplesmente limpar os terrenos). Confesso que, inúmeras vezes me perguntava como, realmente, teriam conseguido plantar e colher, fosse no passado ou no presente, em serros acidentados como aqueles. Hoje, devido à legislação

⁵ Dizem os autores: “Para entendermos a construção do roçado, precisamos conhecer tanto o modelo cultural quanto o processo histórico da sociedade, pois não existe uma natureza independente dos homens: ao longo do tempo a natureza é transformada, inclusive pelo próprio processo de trabalho” (1997, p.10).

ambiental, os serros ou morros são protegidos, o que faz com que muitas propriedades tenham, ainda, alguma mata nativa. Tal característica tem favorecido o turismo e a venda de propriedades mais próximas à cidade de Santa Maria. Essa situação, para os camponeses locais é paradoxal, pois ao mesmo tempo em que valoriza suas terras, impede que eles mesmos as comprem, pois os preços se distanciam de suas possibilidades financeiras.

Concordo com Moura (1988, p.13) ao salientar que não seria a cidade em oposição ao campo que define a condição camponesa, mas sim o Estado (e suas variadas políticas, eu acrescentaria). O camponês, para alguns autores, enquanto trabalhador familiar na terra, também expressa um paradoxo para o modo de produção capitalista. Para Tavares (1978, p.21), ele seria a “personificação de um processo de trabalho não tipicamente capitalista”, e para Moura (1988, p. 19), ele é uma contradição aberta, pois, por um lado, expressa sua resistência em desaparecer e, por outro, “é resultado do próprio capitalismo que não o extingue”. Enfim, embora para alguns pensadores atuais essas dicotomias estejam em desuso, penso ser relevante levantá-las, pois, durante bom tempo, na produção literária brasileira, o campesinato foi pensado nesses termos. E a condição de colono era referida como a daquele pequeno proprietário de terra que organizava sua produção pelo trabalho familiar e buscava ser auto-suficiente. Acresceria a essa definição o pertencimento a uma etnicidade diferenciada, demarcada pelo mundo de origem europeu.

É importante salientar que, na historiografia brasileira, especialmente na produção paulista, a condição de colono se referia àqueles imigrantes que haviam rumado para o trabalho nas fazendas de café em finais do século XIX, as quais tinham, há pouco, libertado seus escravos. Dessa forma, o colono italiano operário agrícola de São Paulo é distinto do colono sulino. Aqui ele será proprietário, o que simbolicamente altera suas trajetórias de vida, uma vez que a propriedade era a pretensão máxima daqueles migrantes. Aqui também eles conseguirão um nível de auto-suficiência maior e trabalharão em família, sendo orientados por um ciclo voltado tanto às necessidades de sobrevivência grupal como ao mercado, pois tinham que pagar seus lotes de terra ao governo federal, como já salientado. Em São Paulo, eles conseguirão comprar terras, porém, após desempenharem, por algum tempo, a condição de assalariados. Outros, já nos primeiros anos do processo colonizador paulista, dirigem-se às periferias da cidade

de São Paulo, tornando-se trabalhadores urbanos naquele contexto de industrialização e urbanização crescente.

AS PARTILHAS, DE FATO E DE DIREITO

Uma das questões mais complexas e ricas de se estudar entre os descendentes de italianos locais é a sucessão familiar. Em minha pesquisa, observei diversas formas de partilha de bens, algumas mais consuetudinárias, outras menos. Contudo, em ambos os casos, o que prevalecia era uma tendência a deserdar a filha mulher ou alguma das filhas mulheres, especialmente aquelas que haviam casado, rumado para a cidade ou ascendido socialmente. Pelo modelo tradicional italiano, que também tem variado muito ao longo dos anos, e de acordo com o tamanho da propriedade e do capital familiar, a tendência é que o filho mais novo, caso tenha cuidado ou esteja cuidando dos pais, herde a terra. Há casos observados em que este era o filho mais velho ou uma filha mulher casada, quando os irmãos homens não quisessem trabalhar na terra ou houvessem adquirido propriedades noutras localidades. Assim, estabelecia-se uma relação paradoxal, pois embora se entenda localmente que uma propriedade não poderia ser comandada exclusivamente por uma mulher, o homem, seu marido, assumiria este encargo, contudo, com a regra implícita de que a terra continuaria na família da mulher. Isso possibilitaria que, posteriormente, os filhos homens retomassem financeiramente o valor da terra que “deram” ao cunhado.

Contemporaneamente, as mulheres têm reivindicado o direito à herança, seja na forma de terras, bens, dinheiro ou do que chamo de “vendas simbólicas”. O que se tem executado, para não desmembrar as propriedades é, por meio de arranjos familiares, efetuar a compra “simbólica” ou “monetária” da terra ou o arrendamento. Denomino de compra simbólica aquela na qual não se descapitaliza a propriedade rural, ou seja, quando um membro familiar vai estudar ou desenvolver outra atividade no meio urbano e recebe ajuda de custo para isso, ele entende que esta é a sua herança. A compra monetária seria aquela na qual o filho que deseja permanecer com as terras compraria dos irmãos e dos cunhados suas parcelas que poderiam ser pagas em produtos agrícolas ou em dinheiro. Observei casos de parcelamento a longo prazo também. Enfim, de acordo com o tamanho da propriedade e da rentabilidade das atividades ali desenvolvidas, os “arranjos” se efetuem e vão se modificando de acordo com uma lógica de conveniência familiar. Contemporaneamente, também se tem respeitado mais

as aptidões individuais, permitindo àqueles que não querem ser camponeses que se estabeleçam noutras atividades.

Saliento que, para a condição camponesa, a sucessão é um aspecto fundamental, pois permite sua reprodução enquanto trabalhadores da terra, mesmo que em propriedades pequenas, como as que pesquisei, as quais tinham de 5 a 40 hectares⁶. Na região, devido ao próprio processo colonizador, as propriedades são pequenas e de culturas variadas. Em Silveira Martins, o principal produto comercializado é a batata. A pluriatividade ou o trabalho acessório (Seyfert, 1974) também é recorrente, o que faz com que, mesmo que a propriedade se apequene, com o trabalho de algum de seus membros noutra atividade, aquelas famílias consigam continuar vivendo na zona rural. Esse trabalho acessório pode ser na zona urbana de algum município, o trabalho sazonal em alguma propriedade maior, no funcionalismo público, em emprego doméstico, de serviços gerais, entre outros. Podem migrar tanto jovens como um dos membros do casal. Observei que rapazes migravam mais a trabalho, enquanto moças migravam mais para estudar.

As partilhas das propriedades nos conduz ao que Carneiro (2001, p.23) denomina “hierarquias internas das famílias”, que permite que se observe um reforço de “posições diferenciadas entre os gêneros”. Esta é, ainda, uma realidade entre descendentes de imigrantes italianos. As partilhas de terras não costumam ser processos fáceis, por vezes, pois entram duas lógicas distintas em negociação: o direito costumeiro e o direito dos códigos jurídicos nacionais que não diferencia herdeiros. Esses cruzamentos nos remetem, como já observara Geertz (1997), a um diálogo nem sempre facilitado entre Antropologia e Direito, quando se quer compreender tais lógicas. Para se conhecer os arranjos locais é necessário se introduzir nas lógicas culturais dos grupos e em suas hierarquias internas, especialmente as familiares.

AGRICULTORA É MELHOR...

Em termos de condição identitária, é importante ressaltar que a mulher camponesa é duplamente assujeitada em sua condição social. Em termos hierárquicos italianos, cabe à mulher o desempenho de determinado papel quanto à continuidade familiar. Ela deve ser idealmente responsável pela transmissão religiosa aos filhos e por sua educação. O papel dessas mulheres, contudo, tem mudado nos últimos anos,

⁶ De acordo com dados da Prefeitura, a grande média local teria entre 10 e 100 hectares.

especialmente devido ao menor número de filhos e à mecanização da agricultura, que permitiram a algumas um cuidado maior com a casa e consigo mesmas. Além disso, a possibilidade de se aposentarem como trabalhadoras da terra deu um novo sentido a suas trajetórias de vida.

Assim, como ressalta Renk(2000), algumas identidades sociais são acionadas e negociadas de acordo com a possibilidade de ganho em determinadas situações. Assim observei quanto à autodefinição de “agricultora” ou “colona”. Colona era a mulher antiga, elas eram agriculturas, porque as agricultoras recebem aposentadoria e as “antigas” não tinham direito a benefício algum em suas velhices. Isso, sem sombra de dúvida, é um ganho imenso para essas mulheres que, até há algum tempo, não recebiam remuneração alguma⁷. Observei que, quando homem e mulher idosos recebem aposentadoria, esta é gerida, na grande parte dos casos, pelo homem. Mas, ao menos, para elas, ter direito a uma remuneração mensal por seu trabalho, já é algo que eleva suas auto-estimas e sugere, como me foi dito mais de uma vez, “dignidade”.

No Rio Grande do Sul, é importante salientar o papel desempenhado pelas religiosas quanto aos processos emancipatórios das mulheres agrícolas (Schaaf, 2003). Em minha pesquisa de campo, não encontrei tal atuação, embora na região central como um todo, o papel associativo desempenhado pelas religiosas junto às populações rurais seja bastante reconhecido. Contudo, é importante destacar que, em concordância com outros estudos, na região central do Rio Grande do Sul, está havendo um esvaziamento de algumas regiões rurais e, embora não possa afirmar de uma forma generalizada, há uma masculinização do campo e o envelhecimento das populações rurais, conforme já constatado por Camarano et al (1999), em referência ao campesinato internacional e nacional de uma forma geral. Penso que o desestímulo das gerações mais novas com relação ao campo advém de todo o sentimento de desvalorização que sentem existir por sua condição social e por seu trabalho.

Ao questionar uma ex-agricultora que morava na cidade sobre como os colonos eram vistos no passado, quando vinham do interior para a cidade, disse-me ela:

“como eles diziam? Caboclos lá de fora, gringos lá de fora, gringos lá da colônia. Era isso ali que diziam” (descendente, 81 anos).

⁷ A importância das aposentadorias para o meio rural brasileiro é algo impactante, como salientado por Delgado (1999).

Essa estigmatização era dupla caso fossem camponesas e mulheres. Eram tratadas com desigualdade no interior da vida doméstica e também ao estabelecerem relações de contato interétnico. Algumas sentiam vergonha de suas roupas e modos quando vinham para a cidade. A rotina delas também era pesada, como conta a mesma descendente:

“Ela tinha que às vezes abandonar, não limpava nem direito a casa para poder acompanhar o marido na lavoura e ela tinha que ir. Eu acho que ela sofreu muito, a mulher acho que sofreu bastante...Vinha e depois lavava pratos e ainda dava tempo para remendar umas roupas e ia para a lavoura de novo. Eu acho que a mulher era muito sacrificada”.

Assim, quando eu questionava se eram colonas, diziam-me serem agricultoras. O termo colono, embora valorizado pelo discurso migrantista, que transformou o colonizador em pioneiro civilizador, na prática, ainda carrega o estigma do trabalhador da terra. Ele é acionado como uma referência valorativa, mas com ressalvas. Observei que quando dizia “as colonas”, o termo nem sempre era bem-vindo. Compreendi, na prática, os múltiplos significados dessa densa categoria. Colona poderia querer dizer a mulher do campo, sempre na lida, às vezes suja de terra, às vezes sem estudo, pobre, mal-vestida, sem cuidados. Observei que denomina-las “colonas” representava, de certa forma, diminuí-las. Enfim, o termo, para o descendente urbano que o invoca como origem, é valorativo, mas para aquele trabalhador que ficou na terra, acostumado a um trabalho pesado e pouco reconhecido, designar-se colono nem sempre significa positividade. Em termos de estigmatização, tais contextos interativos nos remetem a algumas colocações elaboradas por Goffman (1982), quando salienta que o estigma é introjetado e favorece situações sociais desiguais, acionadas por ambas as partes. O estigma é um sistema de relações sociais e não de atributos necessariamente. No caso, embora haja uma discursividade que salienta a positividade do trabalho rural e da origem italiana, da categoria colono, no meio rural, há ainda aquele olhar inquisidor quando alguém diz: “colono” ou “colona”. O termo remete, ainda, à rudeza e à incivilidade, características que historicamente a sociedade brasileira, seja no seu aspecto regional ou mais amplo, emprestou-lhe. Compreendo, dessa forma que, se no meio urbano os descendentes, especialmente os das classes médias, já redimensionaram essa categoria remetendo-a ao pioneirismo, ao empreendedorismo, à coragem, à capacidade de trabalho etc, daqueles imigrantes camponeses, para os trabalhadores rurais isso talvez não seja tão fácil, uma vez que as interações sociais os colocam em situações conflituosas, quando têm que conviver, ainda, com os resquícios de

preconceito e estigmatização existentes na sociedade brasileira em relação aos trabalhadores do campo.

Embora tenha sido ressaltado na produção literária contemporânea das Ciências Sociais o quanto os termos rural/urbano são criações (administrativas, econômicas etc) e não formas estabelecidas, há, no imaginário nacional, um sobrevalor atribuído à cidade como signo de modernidade, de inovação, e ao campo, um subvalor, como signo de atraso e estagnação. Essas rotulagens impregnam determinadas relações sociais e fazem com que o próprio homem do campo se sinta diminuído em sua condição social. O trabalho com a terra, além de ser pouco valorizado em termos monetários, é associado a atributos desclassificadores, o que se transforma em uma dupla segregação.

PADRÕES DE CONSUMO

Os padrões de consumo dos camponeses locais seguem uma lógica distinta daqueles das populações urbanas, mas não tanto, uma vez que os meios de comunicação de massa tem introduzido uma série de elementos novos no “gosto” dos primeiros. Entre as pessoas mais idosas, uma das reclamações é que os jovens rurais “de hoje” querem consumir como os jovens urbanos. Essas reclamações se baseiam no fato de que o valor de troca das mercadorias agropecuárias é menor do que a dos produtos industrializados. Assim, era comum eu ouvir quantas dúzias de ovos seriam necessárias para comprar um caderno de tal tipo ou quantos pés de alface teriam que vender para alcançar o valor de tal produto. Essa lógica econômica é introduzida no universo das crianças desde cedo, seja de meninos ou meninas. O consumo de produtos alimentícios industrializados também é algo criticado pelos mais velhos, pois uma das características do mundo camponês é justamente a produção caseira de alimentos, tais como o pão, a bolacha, a manteiga, o queijo etc. Disse-me uma entrevistada que, “no tempo dos antigos”, se tivesse leite já era muito bom, mas que hoje as crianças só querem “leite com Nescau⁸”.

O que tem desagradado as gerações mais idosas é que o convívio com a cidade e seus atrativos leva os jovens a considerar o trabalho urbano “menos pesado” e mais rentável. Em várias propriedades mais próximas a Santa Maria encontrei residências sem força de trabalho jovem. Elas eram mantidas com a força de trabalho de um dos membros do casal, do casal ou dos idosos.

⁸ Nescau é um achocolatado que saboriza o leite.

Para as mulheres, contudo, o ingresso de determinadas tecnologias na vida doméstica foi um ganho muito grande. O fogão a gás, os fornos elétricos ou de microondas, as máquinas de lavar roupa. Não encontrei máquinas de lavar louça, talvez porque esta seja considerada ainda uma atividade leve e para a qual as mulheres são mais recorrentemente solicitadas. Em todas as casas que visitei havia televisão, rádio, aparelhos de som, algumas tinham antenas a cabo. A televisão era uma das formas de lazer mais apreciadas, junto com os programas de rádio.

As feiras, que têm possibilitado que os agricultores levem seus produtos para a cidade, também têm permitido um excedente maior nas propriedades rurais e, com certeza, com a fabricação de produtos coloniais, tais como doces, pães, embutidos etc, o papel da mão-de-obra feminina tem se transformado. O manuseio do excedente de seu trabalho na forma de dinheiro é algo sempre recorrente e muito comentado em relação “ao passado”. No entanto, o que observei é que, dependendo do montante dessas negociações, quem gerencia os ganhos é o homem e não a mulher. Há, também, alguns produtos que são considerados mais femininos, como ovos e queijo. Tal característica tem sido estudada também por Magalhães (s.d.), que salienta que, quanto mais uma atividade se mercantiliza nas propriedades rurais, maior a tendência de que seja masculinizada .

Os padrões de consumo orientados pela poupança incidem não somente sobre bens de pequeno valor, mas também sobre maquinário agrícola. Eles são consumidos de acordo com uma lógica familiar que equaciona ganhos e perdas. Nesse aspecto, considero os camponeses com os quais convivi bastante cuidadosos quanto à utilização de empréstimos para a compra de maquinário mais oneroso. O maquinário também representa uma mudança na noção de trabalho:

“Nós, quando trabalhemo aqui pra cima, nessas pedra, semeá trigo, aveia, tudo de enxada. Agora não, tem máquina pra semeá, pra plantá, pra arrancá, pra limpá, tem remédio, tem tudo, não trabalha mais. A batata só ajuntom porque tem a máquina pra arrancar” (descendente, 81 anos)

De acordo com Saquet (2002, p.47), em estudo realizado na IV Colônia de Imigração Italiana⁹, a modernização da agricultura na região começara nos anos 60 e varia conforme as atividades e o tamanho das propriedades. Para todos os entrevistados

⁹ Denominação atribuída a um conjunto de municípios que teriam como marca processos colonizadores, não somente italianos, mas alemães também. Fazem parte: Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Seca, São João do Polêsine e Silveira Martins.

com os quais convivi, a agricultura era tida como uma atividade de risco. Isso era algo que me angustiava na pesquisa, mas para eles já era um fato dado, ou seja, plantar sem ter certeza da colheita e nem do valor que seria atribuído a ela.

Um dos motivos que mais incentivava a saída para atividades urbanas era a insegurança e discrepância entre o valor de troca de suas mercadorias em relação às industrializadas. Esse quadro estaria de acordo com aquele apresentado por Islam (apud Abramovay, 2003, p.22), no qual, segundo o autor, em todos os países em desenvolvimento, o trabalho não-agrícola cresce mais que o agrícola no meio rural. Procurar alguma atividade que traga rotineiramente algum capital para a família é um desejo imperante entre os camponeses, pois entendem que a sazonalidade das colheitas e das políticas públicas e de mercado é algo que os fragiliza economicamente. Algumas famílias têm feito produtos artesanais e coloniais, o que agrega valor a estas mercadorias, especialmente quando rotuladas de “livre de agrotóxicos” ou “orgânicas”. Há vários pequenos entrepostos de comercialização que se têm estabelecido nos últimos anos. A criação de rotas turísticas é outro elemento que tem possibilitado uma renda maior a essas populações, pois seus produtos são considerados “mais naturais” e associados à beleza do lugar e a sua história colonial. Compreendo, contudo, que ainda há um grande trabalho a ser feito na região no que se refere ao turismo rural.

Para os descendentes de imigrantes italianos locais, a educação, desde o início do processo colonizador, foi uma forma positivada de ascensão social, especialmente para alguns membros masculinos das famílias. Entre os habitantes da zona urbana de Santa Maria, tanto os meninos como as meninas eram escolarizados, embora com tempo de permanência na escola diferenciados, sendo que os meninos permaneciam mais tempo nas escolas, o que tem mudado contemporaneamente. Nas zonas rurais, prevaleciam os critérios de distribuição do trabalho nas propriedades rurais e, também, a lógica de que saber escrever, ler e fazer algumas equações matemáticas simples era o suficiente. Assim, muitas crianças tiveram poucos anos de estudo, o que findava por gerar ressentimentos, especialmente entre as mulheres que sentiam ter alguma aptidão para o estudo (Zanini, 2006b).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há muitas questões a serem pensadas em relação à condição camponesa e às flutuações pelas quais tem passado historicamente. Caso considerarmos, como fez

Souza (2004, p.61)¹⁰, que está havendo, no Rio Grande do Sul como um todo, um processo de individualização do trabalho agrícola, ou seja, uma desfamiliarização da agricultura, podemos perguntar por meio de quais categorias esses indivíduos irão se auto-referenciar e por quê. Contudo, somente pesquisas qualitativas casadas com dados de maior porte nos permitirão conhecer essas sutilezas de pertencimento e reivindicação.

Por enquanto, em termos de autodefinição da condição de camponês de origem italiana, ou seja, de colono italiano, o que tem se verificado é uma sensação de instabilidade no trabalho com a terra. Aqueles que migraram do campo para as cidades, os deserdados, por vezes, ressentem-se disso, mas também ressaltam que o trabalho na agricultura é algo muito penoso e arriscado, pois as colheitas tanto podem ser boas como más. Assim, entendo que, enquanto a aposentadoria for uma alternativa de ganho mensal assegurado, que muitas vezes é reinvestido nas propriedades rurais, ela será um dos grandes elementos mantenedores do trabalhador rural no campo. Para além de seu aspecto econômico, ela representa reconhecimento social, o que para essas populações, especialmente para as mulheres, tem sido algo muito relevante.

Por que a terminologia colono tem trazido à baila questionamentos, reposicionamentos, ressignificações e algum incômodo? Compreendo que, se por um lado, em termos de ideologias urbanas, ela é valorizada discursivamente, por outro lado, no campo, onde essas populações residem, tal positividade necessite ser melhor trabalhada. Afora isto, a sociedade brasileira de um modo geral é rotuladora em relação ao trabalhador rural, desqualificando-o e permitindo que, em situações interativas, relações sociais estigmatizadoras ocorram.

O colono, portanto, em termos designativos, nada mais é do que uma denominação que no passado foi atribuída pelo Estado brasileiro e que agora, novamente, redefine-se na categoria agricultor. Portanto, não há contradições, há sim negociações políticas desses sujeitos que, sabedores de sua condição desprivilegiada nos cenários nacionais, têm tentado negociar ganhos. Quanto à questão da auto-suficiência, compreendo que, na vida doméstica de muitas das propriedades rurais pequenas, adquirir alguns produtos, mesmo sabendo que a relação entre o que produzem e o que compram é desigual, facilita suas vidas, especialmente a das donas de casa. Claro que, em se pensando em plantações de grande porte, já mecanizadas e dependentes de insumos e de tecnologia

¹⁰ O autor faz uso dos dados das Pesquisas Nacionais de Amostras de Domicílios (PNADs).

especial, bastante dispendiosos na maior parte das vezes, a relação mercadológica não é nada equilibrada. Não são questões simples, mas antes problemas que têm que ser analisados sob prismas amplos e interdisciplinares, sem condicionantes. Devem ser ouvidas, também, as razões dos sujeitos envolvidos, mono ou pluriativos, mono ou policultores, homens e mulheres, de grupos étnicos e faixas etárias diversas diversos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ALVIM, Zuleika Maria Forcione. **Brava Gente!** Os italianos em São Paulo 1870-1920. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ANCARANI, Umberto. **Monographia sobre a origem da ex-colônia italiana de Silveira Martins 1877-1914**. *Revista Comemorativa do centenário da fundação da cidade de Santa Maria –RS 1814-1914*. S.L.S.d.

ANJOS, Flávio Sacco dos. **Pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, Brasília, v.20, n.1, p.11-44, jan/abr, 2003. Disponível no site www.atlas.sct.embrapa.br. Acesso em 01/08/2006.

BORGES PEREIRA, João Baptista. **Os italianos no mundo rural paulista**. São Paulo: Pioneira, 1974.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O afeto da terra**. Campinas: Ed.Unicamp, 1999.

BRUMMER, Anita. **Gênero e Agricultura**: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(1):360, p.205-227, jan-abril, 2004.

CAMARANO, Ana Amélia e ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Texto para discussão n.621. Rio de Janeiro: IPEA (621), 1999. Disponível no site: www.ipea.gov.br/biblioteca.

CARNEIRO, Maria José. **Herança e gênero entre agricultores familiares**. *Estudos Feministas*, Florianópolis, Ano 9, p. 22 - 55, semestre , 2001.

CINQUANTENARIO della colonizzazione italiana nel Rio Grande Del Sud (1875-1925). [S.L.s.n.], 1925.

CONTERATO, Marcelo Antonio. **A mercantilização da agricultura familiar do Alto Uruguai/RS: um estudo de caso no município de Três Palmeiras**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2004. 172p. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural.

DE BONI, Luis Alberto. **O catolicismo da imigração**: do triunfo à crise. IN: LANDO, Aldair Marli (org) et al. *RS: Imigração & Colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989. p. 234-255

DELGADO, Guilherme et al. **O idoso e a previdência rural no Brasil**: a experiência recente da universalização. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. Disponível no *site* www.ipea.gov.br/biblioteca

GEERTZ, Clifford. **O saber local**: novos ensaios em Antropologia Interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1997.

GOFFMAN, Erving. **Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GROSSELI, Renzo. **Vencer ou morrer**. Camponeses trentinos (venetos e lombardos) nas florestas brasileiras. Florianópolis: Ed.UFSC, 1987.

LORENZONI, Julio. **Memórias de um imigrante italiano**. Porto Alegre: Sulina, 1975.

MAGALHÃES, Reginaldo Sales. **A “masculinização da produção do leite”**. Sd. Disponível no *site*: www.rimisp.org. Acesso em 06/07/2006.

MARTINS, José de Souza. **Cultura e educação na roça, encontros e desencontros**. Revista USP, São Paulo, n.64, p.29-49, dez-fev, 2004-2005.

PALMEIRA, Moacir. **Modernização, Estado e Questão Agrária**. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol3, n.7, p. 87-108, set/dec, 1989.

RENK, Arlene. **Sociodicéia às avessas**. Chapecó: Grifos, 2000.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do vinho**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SAQUET, Marco Aurélio. **Colonização italiana e agricultura familiar**. Porto Alegre: EST, 2002.

SCHAAF, Alie Van der. **Jeito de mulher rural**: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, n.10, p.412-442, jul/dez, 2003.

SCHNEIDER, Sérgio. **Teoria Social, agricultura familiar e pluriatividade**. *RBCS*, São Paulo, v.18, n.51, p.99-122, fev.2003.

SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim**. Porto Alegre: Editora Movimento, 1974.

SEYFERTH, Giralda. **Identidade camponesa e identidade étnica** (um estudo de caso). *Anuário Antropológico 91*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, p.31-63, 1993.

SILVESTRO, Milton Luiz et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/ Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

SOUZA, Marcelino de. **A tendência de individualização do trabalho agrícola no seio de famílias da região sul do Brasil na década de 90.** *Agrociência*, vol VIII, n.1, p.51-60, 2005. Disponível no site www.fagro.edu.uy. Acesso em 07/07/2006.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** *Paper* apresentado no XX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, Outubro de 1996.

WOORTMANN, Ellen et al. **O trabalho da terra.** Brasília: Ed.UNB, 1997.

WOORTMANN, Ellen. F. **Herdeiros, parentes e compadres.** Brasília: EdUnB, 1995.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Italianidade no Brasil Meridional.** A construção da identidade étnica na região de Santa Maria-RS. Santa Maria: Ed.UFSM, 2006a.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Nós e as “antigas” – italianidade, gênero e família.** *Paper* apresentado no VII *Seminário Internacional Fazendo Gênero*, Florianópolis, agosto 2006b. Disponível no CD do evento.